



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
2002.2

**Técnico da Receita
Federal**

P.2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 70**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.8 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 10	2
Direito Tributário e Legislação Tributária	11 a 40	
Direito Constitucional e Administrativo	41 a 60	
Organização Básica e Funcionamento do MF e da SRF	61 a 70	

Boa Prova

CONTABILIDADE GERAL

01- A empresa Abestos S/A vendeu mercadorias, a prazo, para a Cia. Carvalhais por R\$ 17.500,00, a preço de fatura, prometendo entregar em domicílio.

Para fazer a referida entrega a Abestos teve que pagar o transporte da mercadoria vendida. Esse gasto realizado com o transporte até o endereço do comprador será, contabilmente

- a) Acréscimo na despesa da Abestos S/A.
- b) Redução no custo de vendas da Cia. Carvalhais.
- c) Acréscimo no custo de vendas da Abestos S/A.
- d) Redução no custo de vendas da Abestos e acréscimo no valor das compras da Carvalhais.
- e) Redução das vendas da Abestos e acréscimo no custo de vendas da Carvalhais.

02- Os itens abaixo contêm agrupamentos de três contas cada um. Assinale aquele que só contém contas com o mesmo tipo de saldo.

- a) Reservas Estatutárias, Provisão para Ajuste de Estoque e Despesas Provisionadas.
- b) Duplicatas a Pagar, Duplicatas Protestadas e Duplicatas Descontadas.
- c) ICMS Sobre Vendas, ICMS a Recuperar e ICMS a Recolher.
- d) Provisão para Férias, Provisão para Imposto de Renda e Créditos de Liquidação Duvidosa.
- e) Ações de Coligadas, Ações de Controladas e Ações em Tesouraria.

03- O Mercado de Artesanato Local mantém conta corrente no Banco da Terra S/A. Em 31 de agosto recebeu o extrato do mês com saldo credor de R\$ 38.800,00. Como o livro razão apresentava na conta Bancos c/Movimento um saldo devedor de R\$ 24.000,00, a empresa mandou fazer uma conciliação. Os dados colhidos para conciliação constaram dos seguintes fatos:

- 1. um cheque de R\$ 600,00, recebido de clientes e depositado em 20.08, foi devolvido por insuficiência de fundos;
- 2. três cheques de R\$ 1.200,00, 5.500,00 e 2.000,00, emitidos para pagamentos a terceiros, não foram apresentados;
- 3. um cheque de R\$ 700,00 foi debitado ao Mercado, por engano do banco;

- 4. um depósito de R\$ 200,00 foi erroneamente creditado a outro correntista;
- 5. uma cobrança de duplicatas, emitidas pelo Mercado, no valor de R\$ 8.000,00 fora feita pelo banco, mas não houve emissão de aviso a tempo;
- 6. no extrato aparecem despesas bancárias de R\$ 400,00, ainda não contabilizadas pelo Mercado.

Após analisar todos esses fatos, o Contador comunicou à administração que a conta Bancos c/ Movimento deverá ir a balanço com o saldo de

- a) R\$ 16.400,00
- b) R\$ 23.300,00
- c) R\$ 31.000,00
- d) R\$ 38.800,00
- e) R\$ 46.600,00

04- A firma J.J.Montes Ltda. apurou os seguintes valores em 31.12.01:

- dinheiro existente	200,00
- máquinas	400,00
- dívidas diversas	900,00
- contas a receber	540,00
- rendas obtidas	680,00
- empréstimos bancários	500,00
- mobília	600,00
- contas a pagar	700,00
- consumo efetuado	240,00
- automóveis	800,00
- capital registrado	450,00
- adiantamentos a diretores	450,00

Os componentes acima, examinados pelo prisma doutrinário lecionado segundo a Teoria das Contas, demonstra a seguinte atribuição de valores:

- a) R\$ 2.990,00 às contas de agentes devedores.
- b) R\$ 2.540,00 às contas de agentes consignatários.
- c) R\$ 2.100,00 às contas integrais devedoras.
- d) R\$ 890,00 às contas de resultado.
- e) R\$ 440,00 às contas diferenciais.

05- Os grupos e contas abaixo apresentados compõem o patrimônio da empresa Jeffertite S.A.

Grupos/Contas	Saldo s
Disponibilidades	R\$ 2.650,00
Créditos a Receber	R\$ 8.900,00
Estoques	R\$ 5.000,00
Financiamentos Bancários	R\$ 6.500,00
Fornecedores	R\$ 5.300,00
Capital Social	R\$ 7.000,00
Adiantamentos a Diretores	R\$ 1.200,00
Ações de Empresas Coligadas	R\$ 2.000,00
Receitas Antecipadas	R\$ 930,00
Reservas de Lucros	R\$ 1.800,00
Ativo Diferido	R\$ 1.510,00
Impostos a Recolher	R\$ 1.300,00
Despesas a Vencer	R\$ 370,00
Ativo Imobilizado	R\$ 3.420,00
Obrigações Trabalhistas	R\$ 1.120,00
Reservas de Capital	R\$ 1.550,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 250,00

O balanço não está fechado, pois o Contador deixou de incluir uma, e apenas uma, das seguintes contas. Indique-a entre as seguintes opções:

- a) Provisão para Ajuste de Valores Mobiliários.
- b) Provisão para Imposto de Renda.
- c) Reversão de Devedores Duvidosos.
- d) Reversão de Reservas de Contingências.
- e) Contribuições Sociais a Recolher.

06- A seguir são apresentadas cinco assertivas relacionadas às sociedades por ações. Quatro delas são verdadeiras. Assinale a opção que contém a afirmativa incorreta.

- a) O exercício social tem a duração de 1 (um) ano e a data do término será fixada no estatuto.
- b) As demonstrações de que trata o item anterior são balanço patrimonial; demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; demonstração do resultado do exercício; demonstração das origens e aplicações de recursos; e demonstração das mutações do patrimônio líquido.

- c) Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar demonstrações financeiras que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício.
- d) As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.
- e) As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembléia geral.

Rascunho

07- A empresa Belmont S/A adquiriu um equipamento por R\$ 27.000,00 e gastou mais R\$ 3.000,00 para sua instalação.

Decorrido certo tempo, a empresa vendeu, a vista, o equipamento por R\$ 12.000,00. Nessa época, a conta Depreciação Acumulada tinha saldo de R\$ 15.000,00.

O lançamento correto para registrar o fato acima citado deve ser o que segue:

a) Diversos			
a Equipamentos			
Caixa	R\$ 12.000,00		
Depreciação			
Acumulada	<u>R\$ 15.000,00</u>	R\$ 27.000,00	
b) Equipamentos			
a Diversos			
a Caixa	R\$ 12.000,00		
a Depreciação			
Acumulada	<u>R\$ 15.000,00</u>	R\$ 27.000,00	
c) Diversos			
a Diversos			
Equipamentos	R\$ 27.000,00		
Gastos de			
Instalação	<u>R\$ 3.000,00</u>	R\$ 30.000,00	
a Caixa	<u>R\$ 12.000,00</u>		
a Depreciação			
Acumulada	<u>R\$ 18.000,00</u>	R\$ 30.000,00	
d) Diversos			
a Equipamentos			
Caixa	R\$ 12.000,00		
Depreciação			
Acumulada	R\$ 15.000,00		
Perda de Ca-			
pital	<u>R\$ 3.000,00</u>	R\$ 30.000,00	
e) Diversos			
a Diversos			
Caixa	R\$ 12.000,00		
Depreciação			
Acumulada	<u>R\$ 18.000,00</u>	R\$ 30.000,00	
a Equipamentos	R\$ 27.000,00		
a Gastos de			
Instalação	<u>R\$ 3.000,00</u>	R\$ 30.000,00	

08- Em primeiro de outubro de 2001, a Ameriflores Ltda. adquiriu um veículo usado por R\$ 23.000,00, pagando 60% a vista.

O carro fora comprado novo pelo ora vendedor pela quantia de R\$ 27.000,00, há um ano e meio, e contabilizado com valor residual de R\$ 12.000,00.

A depreciação considera a previsão normal do fisco para a vida útil de veículos (cinco anos).

Em 31 de dezembro do mesmo ano, em relação ao referido veículo, pode-se afirmar que

- a) a conta Depreciação Acumulada desse veículo terá saldo de R\$ 5.650,00.
- b) o valor contábil do veículo, no comprador, é de R\$ 22.450,00.
- c) a operação de compra deu ao vendedor um lucro de R\$ 4.100,00.
- d) a operação de compra deu ao vendedor uma perda de R\$ 500,00.
- e) o valor contábil do veículo, no comprador, é de R\$ 21.850,00.

09- A firma Pétreia Ltda. promoveu o movimento de entradas e saídas de mercadorias, isentas de tributação, na forma como segue:

- existência anterior de 1.000 unidades ao custo unitário de R\$ 20,00;
- compra a vista de 1.500 unidades ao preço unitário de R\$ 30,00;
- venda a vista de 2.000 unidades ao preço unitário de R\$ 25,00;
- compra a prazo de 500 unidades ao preço unitário de R\$ 35,00.

Nessa ordem, no fim do período considerado, a empresa terá um estoque de mercadorias no valor de

- a) R\$ 27.500,00 se trabalhar com o critério Preço Médio.
- b) R\$ 27.500,00 se trabalhar com o critério UEPS.
- c) R\$ 30.500,00 se trabalhar com o critério PEPS.
- d) R\$ 20.000,00 se trabalhar com o critério PEPS.
- e) R\$ 20.000,00 se trabalhar com o critério UEPS.

10- A empresa Tílburi de Aço S/A demonstrou, no exercício de 2001, os valores que seguem:

Lucro bruto	R\$ 180.000,00
Lucro operacional	R\$ 140.000,00
Receitas não-operacionais	R\$ 15.000,00
Despesas não-operacionais	R\$ 55.000,00
Participação de Administradores	R\$ 5.000,00
Participação de Debenturistas	R\$ 7.000,00
Participação de Empregados	R\$ 6.000,00

A tributação do lucro dessa empresa à alíquota de 30% para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, conjuntamente, vai aumentar o passivo no valor de

- a) R\$ 24.600,00
- b) R\$ 26.100,00
- c) R\$ 27.900,00
- d) R\$ 28.200,00
- e) R\$ 30.000,00

DIREITO TRIBUTÁRIO

11- Avalie a correção das afirmações abaixo. Atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta.

A Constituição Federal de 1988 veda

- () o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas, capitais ou bens por meio de impostos.
- () a instituição de tributo sobre o patrimônio, a renda ou serviços dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação e de assistência social.
- () a instituição de imposto que não seja uniforme em todo o território estadual ou municipal do ente político criador do imposto, admitida a concessão de incentivos fiscais para a correção dos desequilíbrios regionais sócio-econômicos.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) V, F, V

12- Assinale a opção correta.

- a) A generalidade, a universalidade e progressividade são características constitucionais dos impostos da União.
- b) O Imposto sobre Produtos Industrializados deve ser não-cumulativo em função da essencialidade dos produtos.
- c) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural deve ter sua base de cálculo e alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.
- d) A instituição do Imposto sobre grandes fortunas dependerá de lei complementar e de resolução do Senado, fixando as alíquotas mínima e máxima.
- e) O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou ativo cambial, sujeita-se apenas a um imposto de competência da União, devido na operação de origem.

13- Verifique os quadros abaixo e relacione cada uma das alíneas do primeiro quadro com uma das alternativas do segundo e assinale a opção correta.

- | |
|---|
| V. Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos. |
| W. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores nos Territórios Federais. |
| X. Imposto não previsto no art. 153 da Constituição Federal, criado por Lei Complementar. |
| Y. Taxa em razão do exercício do poder de polícia. |
| Z. Imposto sobre transmissão inter-vivos, por ato oneroso, de bens imóveis. |

- | |
|--|
| 1. Tributo da competência privativa da União. |
| 2. Tributo da competência privativa dos Municípios. |
| 3. Tributo da competência comum. |
| 4. Tributo da competência residual da União. |
| 5. Tributo da competência privativa dos Estados e do Distrito Federal. |

- a) V1 W3 X5 Y2 Z4
- b) V5 W1 X4 Y3 Z2
- c) V2 W4 X3 Y1 Z5
- d) V3 W5 X2 Y4 Z1
- e) V4 W2 X1 Y5 Z3

14- Assinale a opção correta.

- a) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias gozarão dos privilégios tributários estabelecidos em lei complementar.
- b) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias gozarão dos privilégios fiscais estabelecidos em lei complementar.
- c) As empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias gozarão dos privilégios tributários estabelecidos em lei, desde que extensivos às do setor privado.
- d) As autarquias federais, municipais e estaduais gozam de imunidade quanto aos tributos dos outros entes políticos em decorrência da imunidade recíproca.
- e) O regime jurídico tributário das empresas públicas e das sociedades de economia mista que explorem atividade econômica de produção ou de comercialização de bens é estabelecido em norma complementar da legislação tributária.

15- Avalie a correção das afirmações abaixo. Atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- () O crédito tributário não é atingido pela decadência.
- () Modificados a extensão e os efeitos do crédito tributário, altera-se a obrigação tributária que lhe deu origem.
- () O lançamento é regido pela legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador, não lhe sendo aplicável a legislação posterior.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, F
- e) V, F, V

16- Excluem a espontaneidade:

- a) o registro da Declaração de Importação e o termo de início de fiscalização aduaneira de zona secundária.
- b) o desembaraço aduaneiro e a homologação do lançamento.
- c) a revisão aduaneira do despacho de importação e a seleção do despacho para fiscalização de zona secundária.
- d) a concessão do regime aduaneiro suspensivo e a conferência final de manifesto.
- e) a lavratura de auto de infração ou a expedição de notificação de lançamento.

LEGISLAÇÃO DO IPI

17- A notação NT(não-tributado) aposta diante do código TIPI, constante da Tabela de Incidência do IPI, implica considerar-se que o produto está:

- a) imune.
- b) isento.
- c) sujeito a pauta de valores.
- d) fora do campo de incidência.
- e) sujeito à tributação pelo preço da operação.

18- Considera-se ocorrido o fato gerador do IPI, entre outras hipóteses, na seguinte situação:

- a) na saída do estabelecimento filial de estabelecimento industrial ou equiparado a industrial, que opere exclusivamente no comércio varejista.
- b) no retorno de produtos ao estabelecimento industrial remetente, efetivado pelo comprador ou destinatário.
- c) nas saídas de estabelecimentos atacadistas, sem vínculo com os estabelecimentos industriais ou equiparados.
- d) nas saídas subseqüentes à primeira, nos casos de locação ou arrendamento.
- e) no momento da sua venda, quanto aos produtos objeto de operação de venda que forem consumidos ou utilizados dentro do estabelecimento industrial.

19- O prazo de recolhimento do IPI, para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas no art. 2º da Lei nº 8.850, de 1994, será:

- a) até o décimo dia do decêndio subseqüente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores, excetuados os produtos do capítulo 22 e do código 2402.20.00 da TIPI.
- b) até o último dia do mês subseqüente ao de ocorrência dos fatos geradores.
- c) até o trigésimo dia do mês de ocorrência dos fatos geradores.
- d) até o último dia da quinzena subseqüente a da ocorrência dos fatos geradores do imposto.
- e) até o último dia útil do mês em que ocorrerem os fatos geradores do imposto.

20- A empresa Ypsolon Ltda. importou da Índia 2000 jaquetas de couro de boi e 5000 varetas de incenso, varetas essas que seriam para brinde aos seus compradores. Diante destas informações, responda qual a opção correta.

- a) Ocorre o fato gerador nas saídas das 2000 jaquetas e das 5000 varetas no desembarço aduaneiro, e, na saída do estabelecimento importador, apenas nas saídas das 2000 jaquetas de couro.
- b) Ocorre apenas o fato gerador no desembarço das jaquetas e das varetas.
- c) Ocorre o fato gerador, no desembarço e na saída de seu estabelecimento comercial importador, tanto das jaquetas como das varetas.
- d) Produtos doados não estão sujeitos ao imposto.
- e) Não ocorre o fato gerador em nenhum dos casos acima apontados.

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

21- Avalie a correção das afirmações abaixo. Atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- () Nas zonas de vigilância aduaneira demarcadas na faixa de fronteira terrestre é proibida a presença ou circulação de mercadorias, animais e veículos em viagem internacional.
- () As operações de despacho aduaneiro nos portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados a título permanente serão efetuados nos horários, locais e condições determinados pela autoridade aduaneira.
- () A busca aduaneira, para prevenir ou reprimir a ocorrência de extravios ou de acréscimos de volumes ou de mercadorias, deve ser precedida da lavratura do termo de entrada do veículo e da comunicação ao responsável, que poderá ser verbal.

- a) V, V, V
- b) V, F, V
- c) F, V, V
- d) F, F, F
- e) F, V, F

22- A jurisdição dos serviços aduaneiros, exercida atualmente, compreende:

- a) os portos, os aeroportos e os pontos de fronteira.
- b) a zona primária e a zona secundária.
- c) a Zona Franca de Manaus, as Zonas de Processamento das Exportações e o restante do território nacional.
- d) os enclaves e os exclaves aduaneiros.
- e) os recintos alfandegados situados nas zonas de vigilância aduaneira.

23- A responsabilidade tributária pelas faltas ou extravios de volumes ou de mercadorias importadas pode ser do transportador ou do depositário, conforme normas contidas

- a) nos Incoterms.
- b) no Direito Comercial.
- c) nos acordos internacionais de transporte.
- d) na legislação tributária.
- e) nos contratos de transporte internacional e de armazenagem da carga.

24- Observe os quadros abaixo e relacione cada uma das alíneas do primeiro quadro com as do segundo. Atente para a possibilidade de haver mais de uma vinculação possível, isto é, mais de uma alínea pode estar vinculada a um numeral.

- v) qualquer pessoa que promova a entrada de mercadoria estrangeira no território nacional;
- w) o adquirente ou cessionário de mercadoria importada beneficiada com isenção ou redução do imposto;
- x) o destinatário de remessa postal internacional;
- y) o adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso de importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora;
- z) o transportador que der causa a dano ou falta de mercadoria importada.

- 1 - Contribuinte
- 2 - Responsável
- 3 - Responsável solidário

A opção que contém as vinculações corretas é:

- a) v1 w3 x1 y3 z2
- b) v2 w2 x1 y2 z3
- c) v3 w3 x2 y3 z1
- d) v1 w2 x3 y2 z3
- e) v3 w3 x2 y1 z2

25- Importador brasileiro adquiriu máquina estrangeira no dia 10/01, por US\$100,000.00, data em que havia isenção objetiva do IPI. O Registro de Importação (RI) foi obtido em 01/02. A mercadoria foi embarcada em 04/02. A mercadoria entrou no território nacional, foi descarregada e atracada em 20/02. Em 22/02, a isenção do IPI foi revogada. A Declaração de Importação (DI) foi numerada pelo Siscomex em 26/02. Em 28/02, a alíquota do II foi reduzida para zero e restabelecida a isenção do IPI. A mercadoria foi desembarçada em 01/03.

A taxa cambial e as alíquotas vigentes no período eram as seguintes:

Dia	US\$1.00 = R\$	Alíquota do II	Alíquota do IPI
10/01	R\$1,80	15%	8%
01/02	R\$2,20	15%	8%
04/02	R\$2,00	15%	5%
20/02	R\$2,00	10%	5%
26/02	R\$2,50	10%	5%
28/02	R\$2,00	0%	5%
01/03	R\$2,50	0%	5%

Com base nessas informações, assinale a opção que contenha o valor do IPI devido.

- a) Zero (R\$0,00)
- b) R\$25.000,00
- c) R\$13.750,00
- d) R\$38.750,00
- e) R\$11.000,00

26- Avalie a correção das afirmações abaixo. Atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

A verificação da mercadoria, no curso do despacho aduaneiro, pode ser feita na presença:

- () do importador ou seu representante, do depositário e do transportador ou de seus prepostos.
- () do viajante, do importador, do exportador, ou de seus representantes.
- () de depositário ou de seus prepostos, na hipótese de mercadoria depositada em recinto alfandegado.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, V, V
- d) F, F, F
- e) V, F, V

27- Avalie a correção das afirmações abaixo. Atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

Extingue(m) o regime aduaneiro de admissão temporária:

- () despacho para consumo promovido por terceiro autorizado a nacionalizar os bens na vigência do regime.
- () a reexportação, ainda que realizada fora do prazo.
- () a exportação de produto equivalente ao produto nacional exportado definitivamente e que tenha retornado ao País para reparo ou substituição em virtude de defeito técnico que exija sua devolução.

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, V, V
- d) F, F, F
- e) V, F, V

28- Avalie a correção das afirmações abaixo. Atribua a letra **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- () O depósito afiançado é autorizado para empresas de transporte marítimo, aéreo e rodoviário, estrangeiras, podendo ser utilizado por elas inclusive para provisões de bordo, localizando-se os depósitos na zona primária ou na zona secundária.
- () Os depósitos afiançados das empresas de transporte rodoviário podem localizar-se na zona primária ou na zona secundária e os das empresas de navegação marítima ou aérea devem localizar-se na zona primária.
- () O prazo de permanência dos materiais no DAF é de 5 anos, contados de seu registro no MANTRA ou na Folha de Controle de Carga (FCC).

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, V, V
- d) F, F, F
- e) V, F, V

LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

29- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, de competência da União, deve ser informado pelos critérios da progressividade e da especialidade.
- () É vedado à União instituir imposto sobre a renda das empresas públicas estaduais e municipais.
- () De acordo com o princípio da anterioridade, sobrevindo lei que aumente o imposto de renda e preveja expressamente sua entrada em vigor para a data de sua publicação, o imposto decorrente do aumento pode ser cobrado imediatamente a partir da data da publicação, porém sem alcançar fatos geradores ocorridos anteriormente.

- a) V, V, F
- b) F, F, F
- c) V, F, F
- d) V, V, V
- e) F, V, V

30- Complete a proposição abaixo com as alternativas I, II, III e IV e, a seguir, assinale a resposta que contém somente as opções que resultam numa proposição verdadeira.

No que se refere ao imposto de renda, não estão ao abrigo de imunidade:

- I. as rendas dos partidos políticos relacionadas com suas atividades essenciais.
- II. as sociedades cooperativas.
- III. atendidos os requisitos da lei, as instituições de educação sem fins lucrativos.
- IV. os rendimentos provenientes de aposentadoria ou pensão pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a 65 anos.

- a) I e II
- b) I e III
- c) I e IV
- d) II e IV
- e) II e III

31- Não são contribuintes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica:

- a) as filiais das pessoas jurídicas com sede no exterior.
- b) as sociedades em conta de participação.
- c) as firmas individuais.
- d) as pessoas físicas que, em nome individual, pratiquem habitual e profissionalmente a venda de serviços a terceiros, com o fim especulativo de lucro.
- e) as pessoas físicas que em um mesmo ano-calendário alienarem mais de 10 imóveis de sua propriedade.

32- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () O imposto de renda das pessoas jurídicas será devido no encerramento do balanço anual.
- () A pessoa jurídica pode optar por apurar o imposto de renda em períodos mensais, trimestrais ou semestrais, devendo, em qualquer caso, fazer o ajuste anual.
- () Não integram a base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica os rendimentos, lucros e ganhos auferidos no exterior.

- a) V, V, F
- b) F, F, F
- c) V, F, F
- d) V, V, V
- e) F, V, F

33- Entre as formas de tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica previstas na legislação, não se inclui:

- a) a tributação pelo lucro presumido.
- b) o pagamento mensal unificado de impostos e contribuições federais (SIMPLES).
- c) a tributação pelo lucro arbitrado.
- d) a tributação pelo lucro bruto.
- e) a tributação pelo lucro real.

34- De acordo com a legislação do Imposto de Renda-Pessoa Física, não constitui rendimento tributável:

- a) a remuneração dos estagiários.
- b) a licença-prêmio convertida em pecúnia.
- c) o auxílio transporte pago em pecúnia ao servidor público federal ativo.
- d) a verba para custeio de despesas necessárias para o exercício do cargo ou função.
- e) a indenização por lucros cessantes.

35- Considerando as disposições da legislação referentes às deduções na apuração da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física, assinale, entre as opções abaixo, a que não corresponde a uma proposição verdadeira.

- a) O contribuinte que receber rendimentos de trabalho não-assalariado pode deduzir as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.
- b) A dedução a título de dependente está sujeita a limite fixado por dependente.
- c) O contribuinte pode considerar como dependente o irmão, neto ou bisneto, sem arrimo dos pais, bastando, para tanto, que seja ele menor de 21 anos.
- d) Na declaração de rendimentos podem ser deduzidos os pagamentos feitos no ano-calendário de próteses ortopédicas e dentárias, relativas a tratamento do próprio contribuinte e dos seus dependentes.
- e) Observado o limite por dependente, podem ser deduzidos os pagamentos efetuados a creches.

36- Assinale as proposições abaixo com **F** para falsa ou **V** para verdadeira e, a seguir, indique a opção que contém a seqüência correta.

- () Os rendimentos e ganhos auferidos por pessoas físicas são tributados no curso do ano-calendário, à medida em que são percebidos, devendo ser feito o ajuste anual quando concluído o ano-calendário.
- () No curso do ano-calendário, os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas devem ser tributados, conforme a hipótese, mediante retenção e recolhimento do imposto feito diretamente pela fonte pagadora ou mediante recolhimento feito pelo próprio contribuinte.
- () A pessoa física que receber, de outras pessoas físicas, rendimentos que não tenham sido tributados na fonte no País, pode optar entre pagar mensalmente o imposto sobre os rendimentos percebidos no mês e fazer o ajuste anual, ou oferecê-los à tributação apenas na declaração anual.

- a) V, V, F
- b) F, F, V
- c) V, F, F
- d) V, F, V
- e) F, V, F

LEGISLAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADAS PELA SRF

37- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. Nos termos da Constituição Federal, somente a União pode instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais, ressalvada a permissão conferida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para instituírem contribuição, exigível de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.
- II. Por força da Constituição Federal, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não podem incidir sobre as receitas decorrentes de exportação e sobre a importação de petróleo e seus derivados.
- III. Por determinação constitucional, as contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico poderão ter alíquotas: *ad valorem*, tendo por base o faturamento, a receita bruta ou o valor da operação e, no caso de importação, o valor aduaneiro; e específica, tendo por base a unidade de medida adotada.

- a) I e II são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) II e III são verdadeiras.
- d) somente a II é verdadeira.
- e) todas são verdadeiras.

38- Relativamente à contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- a) a base de cálculo da contribuição devida pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano civil.
- b) o lucro bruto auferido pelas entidades fechadas de previdência complementar constitui base de cálculo da contribuição que lhes é exigida nos termos da lei.
- c) para apuração da base de cálculo da contribuição em referência, são tomados como parâmetro, supletivamente, no caso de ausência de componentes apropriados, elementos formadores da base de cálculo do imposto sobre produtos industrializados.

- d) são computados na determinação da base de cálculo da contribuição os resultados brutos, positivos ou negativos, obtidos em operações de cobertura (*hedge*) realizadas em mercados de liquidação futura, diretamente pela empresa brasileira, em bolsas no exterior.
- e) não se sujeitam à contribuição os lucros das sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987.

39- A contribuição social para financiamento da seguridade social, conhecida pela sigla Cofins, incidente sobre a receita ou o faturamento de pessoas jurídicas:

- a) não alcança, para efeito de apuração de sua base de cálculo, receitas financeiras das pessoas jurídicas sujeitas à exação.
- b) não pode ter bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica do contribuinte.
- c) inclui em sua base de cálculo receitas de entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- d) não alcança receita de pessoa jurídica adquirente de mercadoria de procedência estrangeira, no caso da importação realizada por sua conta e ordem, por intermédio de pessoa jurídica importadora.
- e) não inclui em sua base de cálculo as receitas decorrentes de fornecimentos de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações ou aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for efetuado em moeda conversível.

40- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. A contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) deve ser apurada semestralmente pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e, mensalmente, pelas demais pessoas jurídicas de direito privado.
- II. Na determinação da base de cálculo das contribuições para o PIS e a Cofins, os bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil e cooperativas de crédito poderão excluir ou deduzir deságio na colocação de títulos.
- III. Na determinação da base de cálculo da contribuição para o PIS e a Cofins, as operadoras de planos de assistência à saúde poderão deduzir a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de provisões técnicas.

- a) I e II são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) II e III são verdadeiras.
- d) II é falsa.
- e) todas são verdadeiras.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41- Assinale a opção correta.

- a) A característica da raça da pessoa não pode ser tomada pela lei como fator de tratamento diferenciado entre brasileiros.
- b) Fere o princípio da isonomia que a lei estabeleça limites mínimos de altura para candidatos em concurso público, qualquer que seja o cargo a ser provido.
- c) Uma vez verificado que o legislador não estendeu certa vantagem financeira a uma categoria funcional análoga à que foi contemplada expressamente pela lei com a benesse, ao Judiciário compete, em princípio, corrigir o vício da quebra da isonomia, realizando a extensão da vantagem omitida pela lei.

- d) O legislador pode fixar limites etários máximos para a admissão de pessoal no serviço público em atenção à natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- e) Fere o princípio da isonomia que a Administração Pública recuse a um particular o mesmo tratamento que vinha sendo dispensado aos administrados ao longo do tempo, mesmo que passe a entender que aquele tratamento é ilegal.

42- Sobre o sigilo bancário e fiscal, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de garantia fundamental absoluta.
- b) Como nem o sigilo bancário nem o sigilo fiscal estão previstos expressamente na Constituição como direitos fundamentais, não podem ser assim tratados pelos tribunais.
- c) Não constitui quebra do sigilo fiscal que o órgão fazendário divulgue na imprensa o nome dos maiores contribuintes investigados por inadimplência das obrigações tributárias.
- d) Apenas o Poder Judiciário pode determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário de alguém.
- e) É possível a quebra do sigilo bancário e fiscal de um cidadão, mesmo antes de ele ser formalmente acusado de fato definido como crime.

Nas questões 43 a 45, assinale a opção correta.

- 43- a) Normas de direitos fundamentais podem criar deveres e obrigações não somente para o Estado como também para o particular.
- b) Todas as normas de direitos fundamentais são aptas, por si mesmas, para gerar pretensões exigíveis em juízo.
 - c) Os direitos sociais previstos na Constituição em vigor não podem ser considerados direitos fundamentais.
 - d) Somente podem ser considerados titulares de direito fundamental os brasileiros ou os estrangeiros aqui residentes que tenham atingido a maioria.
 - e) Os direitos fundamentais são irrenunciáveis, o que significa dizer que é inadmissível a auto-limitação, mesmo que temporária e para finalidades específicas, do exercício de um direito fundamental.

- 44- a) Não se admite hipótese de lei retroativa no sistema constitucional em vigor.
- b) Uma lei desarrazoada pode ser considerada ofensiva à garantia constitucional do devido processo legal.
- c) Como regra geral, pode-se invocar a garantia constitucional do direito adquirido, para se escapar da incidência de uma norma editada pelo poder constituinte originário.
- d) Porque o confisco de bens é proibido entre nós, o legislador não pode instituir pena de perda de bens.
- e) No conflito entre o direito constitucional de liberdade de expressão e o direito constitucional à intimidade, este último deve invariavelmente prevalecer.

- 45- a) Tanto o brasileiro, nato ou naturalizado, como o estrangeiro residente no Brasil podem propor ação popular, na defesa do patrimônio público contra atos administrativos contrários à moralidade administrativa.
- b) Somente por fato definido como crime alguém pode ser preso, no atual regime constitucional.
- c) Somente por ordem de autoridade judiciária alguém pode ser preso, no atual regime constitucional.
- d) Somente por decisão judicial uma associação pode ser compulsoriamente dissolvida.
- e) Toda desapropriação deve ser precedida de justa indenização.

46- A respeito da associação profissional ou sindical, é correto afirmar:

- a) é obrigatória a autorização estatal para a fundação de sindicato.
- b) não é possível haver mais de uma organização sindical representativa de uma mesma categoria profissional numa mesma base territorial.
- c) os sindicatos podem defender em juízo apenas os direitos coletivos da categoria que representam, não podendo defender direitos individuais dos sindicalizados.
- d) é compulsória a filiação do trabalhador ao sindicato da categoria a que pertence.
- e) o aposentado não tem direito de participar de sindicato profissional.

47- Assinale a opção correta.

- a) Se o brasileiro adquiriu a nacionalidade de um Estado estrangeiro porque as normas deste condicionam a permanência no seu território à aquisição da sua nacionalidade, não perderá a nacionalidade brasileira.
- b) Os portugueses em passagem pelo Território Nacional gozam de todos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.
- c) O brasileiro nato ou naturalizado perde a nacionalidade brasileira, se for condenado, em juízo, por atividade nociva ao interesse nacional.
- d) A Constituição Federal não admite hipótese de dupla nacionalidade originária de brasileiro.
- e) O legislador é livre para, a seu critério, estabelecer os cargos da Administração Pública que devem ser preenchidos exclusivamente por brasileiros natos.

48- Considere a situação dos seguintes personagens:

- I. **X** nasceu em Brasília, quando os seus pais, argentinos, estavam lotados na nossa Capital, na condição de agentes diplomáticos da República Argentina.
- II. **Y** é português, tendo vindo morar no Brasil há mais de quinze anos, aqui residindo ininterruptamente. Nunca sofreu condenação penal.
- III. **Z** nasceu na República Argentina. É filho de pai argentino e de mãe brasileira, que fora morar no país vizinho por motivos particulares. **Z**, há um ano, mora no Brasil, mas nunca optou pela nacionalidade brasileira.
- IV. **W**, que era nacional da República Argentina, naturalizou-se brasileiro há dois anos.

Desses quatro personagens, quantos podem ser oficiais do Exército brasileiro?

- a) um
- b) dois
- c) três
- d) todos
- e) nenhum deles

49- Suponha que, num Estado da Federação, tenha sido editada uma lei, estabelecendo que os supermercados são responsáveis civilmente – ou seja, devem indenizar os prejudicados – pelos furtos e roubos de veículos estacionados em vagas próximas ao estabelecimento comercial. À vista disso, assinale a opção correta.

- a) A lei é inconstitucional, porque disciplina matéria que se inclui na competência legislativa privativa da União.
- b) A lei é inconstitucional, porque o tema é tipicamente municipal, devendo ser regulado pelo legislador do Município.
- c) A lei foi editada por entidade competente para tanto, uma vez que, sendo o assunto de direito civil, tanto o Estado como a União podem legislar sobre ele.
- d) O Estado é competente para legislar sobre o tema, uma vez que, sendo de direito civil, inclui-se na lista das matérias da competência residual dos Estados-membros.
- e) A lei somente poderá ser tida como constitucional, se houver sido aprovada pela Assembléia Legislativa como lei complementar.

50- Assinale a opção correta.

- a) Em virtude da autonomia de que goza, um Estado-membro pode, por decisão que compete exclusivamente à sua Assembléia Legislativa, desmembrar-se para formar outros Estados-membros.
- b) O legislador federal não tem competência para influir no processo de criação ou desmembramento de Municípios.
- c) No âmbito da competência legislativa concorrente, o Estado-membro pode legislar sobre normas gerais, se a União não o houver feito, ou, se o houver feito, em caráter suplementar.
- d) A Constituição veda toda a colaboração da União, Estados e Municípios com igrejas e cultos religiosos.
- e) Incumbe à União, com exclusividade, o combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização e a promoção da integração social dos setores desfavorecidos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51- Na Administração Pública Federal, a sociedade de economia mista é considerada como sendo um(a)

- a) órgão estatal.
- b) entidade de direito público.
- c) pessoa jurídica de direito privado.
- d) entidade da Administração Direta.
- e) paraestatal fora da Administração.

52- O princípio da motivação, a que a Administração Pública Federal está obrigada a obedecer, de acordo com o que dispõem os artigos 2º e 5º da Lei nº 9.784, de 29/01/1999, consiste em ter de indicar nos seus atos administrativos os respectivos pressupostos fáticos e jurídicos, sendo isso dispensável, porém, nos casos em que a autoridade decide

- a) processo administrativo de concurso público.
- b) dispensa de procedimento licitatório.
- c) recurso administrativo.
- d) em decorrência de reexame de ofício.
- e) caso concreto aplicando jurisprudência sobre ele já firmada.

53- O instituto jurídico administrativo, pelo qual o Estado transfere a outra entidade a execução de determinado serviço público, com a particularidade de que para cuja remuneração ela pode cobrar tarifas de seus usuários, classifica-se mais propriamente como sendo

- a) autorização.
- b) desconcentração.
- c) delegação.
- d) concessão.
- e) permissão.

54- O mérito é aspecto do ato administrativo que, particularmente, diz respeito à(ao)

- a) conveniência de sua prática.
- b) sua forma legal.
- c) sua motivação fática.
- d) princípio da legalidade.
- e) poder vinculado.

55- A avocação é um fenômeno, inerente ao poder hierárquico, aplicável ao processo administrativo, pelo qual a autoridade pode em certos casos, como assim previsto na Lei nº 9.784/99,

- a) delegar competência a órgão inferior.
- b) rever decisão em instância recursal.
- c) exercer delegação de órgão superior.
- d) exercer competência atribuída a órgão inferior.
- e) rever suas próprias decisões.

56- Toda conduta, ação ou omissão da autoridade administrativa ou do poder público, que tenha incidência sobre contrato firmado com particular, de certa forma retardando ou impedindo sua execução, entende-se como sendo

- a) caso fortuito.
- b) fato da administração.
- c) fato do príncipe.
- d) força maior.
- e) teoria da imprevisão.

57- Aos convênios celebrados por órgãos da Administração Pública Federal Direta

- a) não se aplicam as disposições da Lei nº 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
- b) aplicam-se as disposições da Lei nº 8.666/93.
- c) só se aplicam as disposições da Lei nº 8.666/93, quanto às chamadas cláusulas derogativas ou excepcionais.
- d) só se aplicam as disposições da Lei nº 8.666/93, quanto à exigência de licitação.
- e) aplicam-se as disposições da Lei nº 8.666/93, no que couber.

58- De acordo com as atuais regras constitucionais relativas aos servidores públicos da União, regidos pelo regime da Lei nº 8.112/90,

- a) a estabilidade ocorre aos 2 anos.
- b) a estabilidade ocorre aos 5 anos.
- c) a remuneração do trabalho noturno deve ser superior à do diurno.
- d) é permitida a diferença, para o exercício de certos cargos ou funções e de critério para admissão, por motivo de sexo ou estado civil.
- e) extinto o cargo ocupado por servidor estável ele fica em disponibilidade, com vencimentos integrais.

59- Salvo disposição legal específica em sentido contrário, o prazo normal para a interposição de recurso administrativo, quanto aos processos autuados no âmbito da Administração Pública Federal Direta, conforme previsto na Lei nº 9.784/99, é de

- a) cinco dias.
- b) dez dias.
- c) quinze dias.
- d) vinte dias.
- e) trinta dias.

60- Na área federal, o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce o monopólio do controle contábil, financeiro e orçamentário, da Administração Pública Federal Direta e Indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade.

- a) Correta essa assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque esse controle é exercido com exclusividade pelo Congresso Nacional (CN).
- c) Incorreta a assertiva, porque tal função cabe ao sistema de controle interno, com exclusividade.
- d) Incorreta a assertiva, porque tal fiscalização é compartilhada entre CN, TCU e sistema de controle interno.
- e) Incorreta a assertiva, porque esse controle exercido pelo TCU se restringe à Administração Direta.

**ORGANIZAÇÃO BÁSICA E FUNCIONAMENTO DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA E DA SRF**

61- Integra a estrutura básica do Ministério da Fazenda:

- a) o Conselho Deliberativo da Política do Café
- b) o Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação – CFGE
- c) o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
- d) o Conselho Nacional de Imigração
- e) o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação

62- Representar a União nas causas de natureza fiscal, assim entendidas as relativas a tributos de competência da União, inclusive infrações referentes à legislação tributária, empréstimos compulsórios, apreensão de mercadorias, nacionais ou estrangeiras, decisões de órgãos do contencioso administrativo fiscal, benefícios e isenções fiscais, créditos e estímulos fiscais à exportação, responsabilidade tributária de transportadores e agentes marítimos, e incidentes processuais suscitados em ações de natureza fiscal é competência:

- a) da Secretaria da Receita Federal
- b) da Câmara Superior de Recursos Fiscais
- c) dos Conselhos de Contribuintes
- d) do Conselho Nacional de Política Fazendária
- e) da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

63- Coloque **V** nas afirmativas verdadeiras, **F** nas falsas e assinale a opção correspondente:

- () São órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Fazenda, as Secretarias da Receita Federal e de Acompanhamento Econômico.
- () O Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização é um órgão colegiado do Ministério da Fazenda.
- () Desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério da Fazenda, é competência da Diretoria de Gestão do Sistema de Controle Interno.
- () Compete à Diretoria de Auditoria de Contas da Secretaria Federal de Controle Interno avaliar o desempenho da auditoria interna das entidades da Administração Federal Indireta.

() É competência da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda acompanhar temas relacionados ao endividamento externo brasileiro junto a credores oficiais e privados.

- a) F F V V V
- b) F V F F V
- c) V V F F V
- d) F V F V V
- e) V V V F V

64- Assinale a opção correta.

- a) Compete ao Comitê Brasileiro de Nomenclatura promover a divulgação das Notas Explicativas da Nomenclatura Aduaneira de Bruxelas e recomendar normas, critérios ou notas complementares de interpretação.
- b) Ao Conselho Monetário Nacional compete promover a gestão do Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais – SINIEF, para coleta, elaboração e distribuição de dados básicos essenciais à formação de políticas econômico-fiscais e ao aperfeiçoamento permanente das administrações tributárias.
- c) À Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda compete apresentar alternativas de política de relacionamento com o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, incluindo a política de contratação de empréstimo junto a esses organismos.
- d) Controlar a dívida decorrente de operações de crédito de responsabilidade, direta e indireta, do Tesouro Nacional é competência da Secretaria da Receita Federal.
- e) Gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF, é competência da Escola de Administração Fazendária.

65- Compete ao Primeiro Conselho de Contribuintes julgar os recursos de ofício e voluntários de decisão de primeira instância sobre a aplicação da legislação referente a Imposto sobre a importação e a exportação.

O Segundo Conselho de Contribuintes tem como uma de suas competências julgar os recursos de ofício e voluntários de decisões de primeira instância sobre a aplicação da legislação referente a Imposto sobre Propriedade Territorial Rural.

Os Conselhos de Contribuintes são órgãos colegiados judicantes diretamente subordinados ao Secretário da Receita Federal.

- a) As três assertivas são verdadeiras.
- b) As três assertivas são falsas.
- c) São falsas a primeira e a última assertivas.
- d) É falsa apenas a última assertiva.
- e) É verdadeira apenas a primeira assertiva.

66- A Secretaria da Receita Federal tem por finalidade:

- Propor medidas destinadas a compatibilizar os valores previstos na programação financeira federal com a receita a ser arrecadada.
- Dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e origem de mercadorias, inclusive representando o país em reuniões internacionais sobre a matéria.
- Apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União, tributária ou de qualquer outra natureza, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial.
- Zelar pelo equilíbrio financeiro do Tesouro Nacional.
- Acompanhar e analisar a evolução da distribuição funcional da renda na economia brasileira.

- a) Todas as assertivas são falsas.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) É verdadeira apenas a última assertiva.
- d) É falsa apenas a primeira assertiva.
- e) São verdadeiras apenas a primeira e segunda assertivas.

67- Avalie as informações abaixo e marque a opção correta.

- Às Delegacias da Receita Federal – DRF compete, quanto aos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, desenvolver as atividades de arrecadação e cobrança, de atendimento ao contribuinte, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e de segurança da informação, e de programação e logística, bem assim as relacionadas com planejamento, organização, modernização e recursos humanos, nos limites de suas jurisdições.
- À Coordenação-Geral de Tributação – COSIT compete planejar, coordenar, orientar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades de fiscalização dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, exceto as relativas a tributos sobre o comércio exterior.
- Uma das competências da Coordenação-Geral de Programação e Logística – COPOL é formular proposta de política de informação e informática da Secretaria da Receita Federal, bem assim planejar, coordenar, orientar, supervisionar, controlar e avaliar as atividades inerentes a sua aplicação.

- a) Não, Sim, Não
- b) Sim, Não, Não
- c) Sim, Não, Sim
- d) Sim, Sim, Sim
- e) Não, Não, Não

68- São Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal:

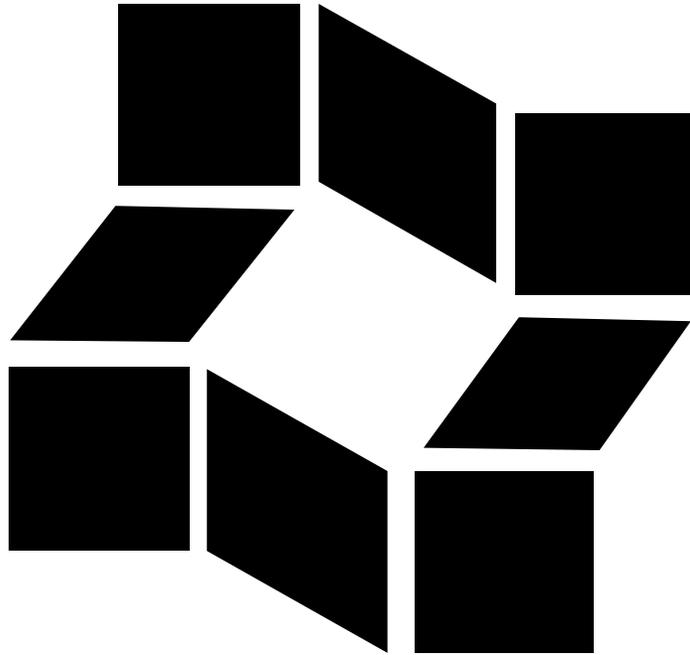
- a) Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – COANA e Superintendência Regional da 1ª Região Fiscal.
- b) Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação e Escola de Administração Fazendária.
- c) Câmara Superior de Recursos Fiscais e Coordenação-Geral de Fiscalização.
- d) Coordenação-Geral de Administração Tributária e Corregedoria-Geral.
- e) Delegacia Especial de Assuntos Internacionais de São Paulo e Delegacia Especial de Instituições Financeiras do Rio de Janeiro.

69- É competência da Coordenação-Geral de Política Tributária da Secretaria da Receita Federal – SRF:

- a) disseminar informações gerenciais sobre os tributos e contribuições administrados pela SRF.
- b) efetuar o tratamento de dados e informações, a fim de elaborar estatísticas do comércio exterior.
- c) representar a Secretaria da Receita Federal na Comissão Técnica Permanente do ICMS.
- d) quantificar as receitas tributárias, objeto da renúncia fiscal, sob a forma de incentivos, benefícios, reduções, deduções ou isenções.
- e) definir indicadores econômicos a serem aplicados na previsão e análise do comportamento das receitas administradas pela SRF.

70- Avalie as informações abaixo e marque a opção que não é atribuição do Secretário da Receita Federal.

- a) Representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário.
- b) Proceder a alfandegamento de portos organizados, instalações portuárias, aeroportos, pontos de fronteira e recintos.
- c) Estabelecer a área de jurisdição das unidades da Secretaria da Receita Federal.
- d) Propor a criação, a transformação ou a extinção de unidades da SRF.
- e) Autorizar a participação de servidores da SRF em conferências, congressos, cursos, treinamentos e outros eventos similares que se realizarem no país.



ESAF